



O PAPEL DOS ACTORES EXTERNOS EM ANGOLA: INVESTIMENTO E AJUDA INTERNACIONAL

Mário Pizarro

A situação actual de Angola

Relativamente à situação actual de Angola, há que salientar o rápido crescimento do produto interno bruto, influenciado decisivamente pelo sector petrolífero. Portanto, o crescimento do PIB depende em maior escala do sector primário, em segundo lugar do sector terciário, que representa 30 %. O sector secundário tem ainda um peso muito relativo.

A inflação tem diminuído rapidamente, e as perspectivas para o futuro são boas, prevendo-se que no próximo anos os valores possam baixar para um ano.

Outra característica importante da economia angolana é o facto de o petróleo representar cerca de 93% das exportações. Embora haja um crescimento das exportações de outros produtos, como é o caso dos diamantes, esse crescimento continua a ser marginal face à importância que o petróleo assume. Os EUA e a China são os principais destinos das exportações de petróleo, sendo que cada um dos países representa 30% do total das exportações. Portugal continua a ser um parceiro importante no que se refere às importações, em 2004 as importações de Portugal representam 12,4% do total.

Quanto às operações financeiras do estado é de salientar não só o aumento da receitas como resultado do aumento da produção de petróleo, por um lado, mas também a repartição diferenciada das despesas. Sobretudo pelo facto de haver uma situação de paz as despesas com pessoal foram consideravelmente reduzidas e, hoje em dia, as despesas com o investimento sofrem um aumento significativo (de 6.1% em 200 para 11.7% em 2005).

Importa também comparar alguns indicadores com outros países da região. O saldo da nossa balança de pagamentos sobe consideravelmente; apenas o Botsuana apresenta valores semelhantes aos de Angola. O produto per capita também apresenta um crescimento consistente ao longo dos últimos cinco anos, aproximando-se de outros países da região. Também a redução da taxa de inflação permitiu a aproximação dos nossos indicadores aos de outros países da região.

Relativamente à Ajuda ao Desenvolvimento, é importante notar que nem sempre os países doadores com maior volume de ajuda, como é o caso dos países nórdicos, correspondem aos nossos principais parceiros, e por isso não surgem na selecção dos dez *players* em Angola. Por outro lado, é também de salientar que, apartir do momento em que se chegou a uma situação de paz, e pelo facto de Angola ser um país produtor de petróleo, foi reduzido algum tipo de ajuda. Vem a este propósito referir que ao longo dos últimos quatro ou cinco anos houve um debate sobre a necessidade de fazer uma Conferência de Doadores. Essa conferência nunca se realizou, nem vai chegar a realizar-se. Não faria sequer sentido, face à posição de Angola como grande produtor petrolífero e com receitas consideráveis. Portanto o governo acabou por adoptar a política de tentar organizar uma Conferência de Investidores e não de Doadores.

As expectativas de médio prazo

Um *Strategic Note* do início de 2005 do Banco Mundial salienta que Angola continuará, num futuro próximo, grandemente dependente do petróleo e que o crescimento induzido por esse sector poderá não corresponder a um aumento do emprego.

Quanto ao ambiente de negócios há factores positivos, mas também constrangimentos. O processo de normalização do país com a democratização é visível. Há uma clara estabilidade económica. O sector económico foi modernizado e o sector dos seguros liberalizado. A consolidação da paz é uma realidade palpável. Há um quadro legal muito mais atractivo neste momento.

Mas continua a haver um predomínio dos interesses pessoais, ou falta de transparência. A oposição é ainda muito frágil e isso resulta na não existência de um debate político forte e profundo sobre as questões fundamentais para o país. Há um subdimensionamento do sector privado, que, apesar de ter ressurgido após um período de centralização da economia, continua a não ter peso para influenciar as decisões do Estado. Para além disso temos um mau funcionamento dos serviços básicos e infraestruturas deficientes.

Até 1975 a empresa era maioritariamente privado e o mercado dominante era o consumo privado. Após a independência, o consumo estatal naturalmente aumentou e o consumo privado diminuiu. Neste momento, o consumo privado tende a aumentar, mas o consumo estatal é ainda muito importante, e este peso determina relações graves de dependência que prejudicam o sector privado e se constituem como um obstáculo. Portanto houve um quebra de equilíbrio e o tecido empresarial ainda é frágil e dependente. O nosso sector privado não tem massa crítica para influenciar as decisões do governo.

O investimento directo estrangeiro sofreu um crescimento importante nos últimos quatro anos. Além disso, a performance do nosso investimento é muito boa – Angola passou do 105º lugar para o 4º lugar a nível mundial na performance do investimento. Este indicador não está directamente relacionado com o potencial de investimento, que é calculado com base nos níveis de diversidade da economia, força do mercado doméstico, etc. Isto leva-nos a concluir que a nossa performance foi bastante superior ao nosso potencial, e que a qualidade da performance é sobretudo resultado dos investimentos no sector petrolífero, não corresponde a um quadro político, económico e social que determine uma atracção completa desse investimento.

Outro aspecto que é importante salientar é o facto de, ao mesmo tempo que se espera um crescimento económico em Angola, os níveis de produção de petróleo de alguns países do

Mar do Norte estão em decréscimo, e isto aumenta a importância estratégica da produção de petróleo na região.

As perspectivas futuras para Angola apontam, não só para um grande crescimento da produção de petróleo, mas também, por força dos contratos de tipo *Production Sharing Agreement*, para que um aumento substancial do preço possa resultar num aumento significativo das receitas do Estado.

Os principais projectos estruturantes actualmente em curso ou em vias de implementação são a reabilitação dos caminhos de ferro e das principais vias de comunicação; importantes projectos de mineração fora do sector diamantífero; e há alguns projectos industriais, nomeadamente o projecto do Gás Natural (LNG) na região do Soyo, projectos de produção de ferro-ligas, e há ainda discussões sobre possíveis projectos de produção de alumínio. Todos estes projectos têm um profundo impacto interno, quer a nível da criação de emprego, quer do incentivo à criação de indústrias complementares.

A relação com Portugal em três dimensões: as estatísticas, os sentimentos e a realidade.

Quanto às estatísticas, o investimento de Portugal em Angola tem-se mantido estável, sofreu algum decréscimo em relação a 2001. A balança de pagamentos é largamente favorável para Portugal, sendo que Angola representa mais de 70% das relações de Portugal com os PALOP.

Mas as relações Portugal-Angola são marcadas por vários aspectos. Há fortes ligações pessoais entre os dois países, que facilitam o contacto e o diálogo, mas que acabam também por favorecer a não formalização dos negócios. E isto tem, a montante, outras consequências. Além disso a relação entre os dois países continua a ser marcada por profundo sentimento de saudosismo, que impedem uma análise realista da situação actual. E são marcadas ainda por complexos, complexos de ex-colonizado e de ex-colonizador. Este tipo de sentimentos dificulta a tomada de decisões e descredibiliza as relações. A negociação da dívida externa a Portugal é disso exemplo.

Quanto à realidade das empresas e investimentos portugueses, é preciso referir que as empresas portuguesas são pouco organizadas, improvisam e não têm uma estratégia clara relativamente a Angola. Um outro aspecto, é a ausência de *corporate governance*: as empresas portuguesas coadiunam-se muito com alguma falta de transparência que existe em Angola. Por outro lado, as políticas consistentes e eficazes de responsabilidade social ainda não são uma prática comum nas empresas portuguesas. Os investimentos das empresas portuguesas têm sido pouco estruturantes. Mesmo na área financeira, os bancos portugueses trouxeram um baixo nível de inovação, e as melhorias que se fizeram no sistema financeiro angolano resultaram essencialmente de um programa levado a cabo pelo Banco Central em parceria com o Banco Mundial.

Globalmente, sente-se que não há uma visão estratégica que corresponda ao peso relativo que Angola assume para Portugal no quadro das relações com os PALOP. Isto é, há uma presença e actividade que são um pouco reactivas à acção dos vários *players*, mas não se sente nem é visível que haja uma estratégia global.

Finalmente, a atitude do investidor português é contrária ao que seria desejável. Em lugar de utilizar os instrumentos e canais formais, o investidor português faz uso das ligações pessoais influentes que possam garantir um lucro mais rápido, mas que também acarretam maiores riscos.